

RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.009 - SP (2015/0253743-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : HBA HUTCHINSON BRASIL AUTOMOTIVE LTDA
ADVOGADO : PAULO EDUARDO CARNACCHIONI - SP036817
RECORRIDO : KELPEN OIL BRASIL LTDA
ADVOGADO : ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA CÉSAR - SP317885

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manifestado por HBA Hutchinson Brasil Automotive LTDA contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO C.C. DANOS MORAIS - Duplicata - Alegação da autora de que os títulos emitidos e protestados pela ré, em voga nos autos, são indevidos, porquanto seus respectivos valores foram ou deveriam ser utilizados para compensar os prejuízos que alega ter sofrido em negociação anterior - Insubsistência - Títulos que tiveram emissão regular, com base em documentos representativos da efetiva prestação de serviços - Impossibilidade de a autora impor à ré a recuperação de suposto dano, ao seu talante, por meio de critérios unilaterais, objetivando sobrepor-se aos princípios que regem o direito cambiário - Exigibilidade das duplicatas mercantis - Reconvenção julgada procedente nesta oportunidade - Sentença que julgou procedente o pedido principal e a cautelar reformada - Recurso provido em parte.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 566, 582 e 585 do revogado Código de Processo Civil, 186, 187 e 927 do Código Civil e 18 do Código de Defesa do Consumidor, sob o argumento de que as duplicatas que instruem a execução não são exigíveis, porquanto decorrem de venda de mercadorias devolvidas pela recorrente por apresentarem vícios de quantidade e legitimidade, conforme se colhe da inicial (e-STJ, fl. 7), de modo que deve haver declaração de inexistência de relação jurídica e condenação da recorrida em danos.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local, ao contrário do que afirma a recorrente, concluiu que "as

Superior Tribunal de Justiça

duplicatas que a autora pretende sejam declaradas inexigíveis referem-se a produtos regularmente fornecidos, entregues e utilizados por ela, fato que se evidencia pela existência de notas fiscais e comprovantes de entrega de mercadorias (fls. 93/101) e pelo conteúdo de suas próprias informações" (e-STJ, fl. 207).

É inequívoco, pois, que o reexame da causa esbarra nas disposições do verbete n. 7 da Súmula desta Casa.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

